



DOCUMENTO FINAL

2022





Documento Final

2022





Diretoria Colegiada (2019-2022)

Secretaria de Administração e Patrimônio
Gilza Camilo (coordenadora)
Presilina Spindola
Leilane Costa

Secretaria de Assuntos Culturais
Eliceuda França (coordenadora)
Fátima de Almeida
Tião Honório

Secretaria de Assuntos de Raça e Sexualidade
Márcia Gilda (coordenadora)
Cláudio Antunes
Ana Cristina Machado

Secretaria de Assuntos de Saúde do Trabalhador
Elbia Pires (coordenadora)
Thaís Romanelli
Valesca Leão

Secretaria de Assuntos dos Aposentados
Silvia Canabrava (coordenadora)
Consuelita Oliveira
Elaineide Rodrigues

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras
Vilmara do Carmo (coordenadora)
Ruth Brochado
Mônica Caldeira

Secretaria de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Socioeconômicos
Dimas Rocha (coordenador)
Bernardo Tavora
Melquisedek Aguiar (*in memorian*)

Secretaria de Finanças
Rosilene Corrêa (*diretora licenciada*)
Luciano Matos
Fernando Reis

Secretaria de Formação Sindical
Luciana Custódio (coordenadora)
Meg Guimarães (*diretora licenciada*)
Jairo Mendonça

Secretaria de Imprensa e Divulgação
Letícia Montandon (coordenadora)
Cleber Soares
Samuel Fernandes

Secretaria de Organização e Informática
Júlio Barros (coordenador)
Vanilce Diniz
Raimundo Kamir

Secretaria de Política Educacional
Berenice D'arc (coordenadora)
Anderson Corrêa
Carlos Maciel

Secretaria de Políticas Sociais
Hamilton Caiana (coordenador)
Carolina Moniz
Alberto Ribeiro

Suplentes
Glauco Lobo
Rodrigo Teixeira
Joana Darc
Leilane Costa
Levi Porto



“
*Lutar
Pelo justo,
pelo bom e
pelo melhor
do mundo”*

Olga Benário

Apresentação

Fome, miséria, desemprego. Tristeza, desesperança. O caos propositalmente generalizado no Brasil, gerado a partir do golpe de 2016 e intensificado com Bolsonaro na presidência da República, impulsiona a população a criar uma perspectiva perversa do que há por vir. Romper com esse cancelamento do futuro foi central no 12º Congresso de Trabalhadores(as) em Educação, realizado de 7 a 9 de julho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Durante os três dias de reflexões e debates, mais de 340 delegados e delegadas rebateram o cenário imposto ao Brasil e ao Distrito Federal com a teimosia histórica da categoria do magistério público – e da classe trabalhadora de forma geral – em não aceitar o que está posto.

Para criar este outro Brasil e este outro DF possível, delegado(as) aprovaram o Plano de Lutas que consta na tese submetida pela diretoria colegiada do Sinpro-DF.

Na tese-guia, é feito o reconhecimento da crise socioeconômica profunda que acomete quase 215 milhões de pessoas e do desmonte do Estado brasileiro. Também foi ressaltado o ataque à educação pública, realizado com a desvalorização de educadores(as) e a implementação de projetos como a militarização das escolas, a educação domiciliar (*homeschooling*), o Escola sem Partido, a reforma do ensino médio, a privatização da educação.

Para (re)construir um outro Brasil e um outro DF possível, a tese-guia ainda aponta a necessidade de mobilização permanente na base e na sociedade, com a manutenção do Sinpro-DF atuante nas escolas, a revitalização das plenárias sindicais com gestores e gestoras. No documento, ainda é afirmado que, sempre que necessário, as paralisações deverão ser realizadas para pressionar a ampliação de direitos e impedir retrocessos.

O Plano de Lutas traz mais de 30 ações que englobam lutas econômicas, educacionais e gerais do magistério público do DF e do povo brasileiro, como a revogação de reformas neoliberais, como a reforma da Previdência; a necessidade do cumprimento do Plano Nacional e Distrital de Educação; a recomposição salarial diante do congelamento salarial de sete anos; e a aplicação da Meta 17 do PDE, garantindo a isonomia entre os trabalhadores em educação com outras áreas com nível de escolarização equivalente. Além disso, também foram aprovadas moções, resoluções e contribuições que complementam a tese-guia e dão norte às lutas do próximo período.

Em um ano de eleições gerais, delegado(as) do 12º Congresso de Trabalhadores(as) em Educação foram incisivos ao aprovarem a defesa da democracia com eleições livres e diretas: Bosonaro e Ibaneis nunca mais! Entretanto, o futuro projetado, com comida, educação, respeito, dignidade, se pavimenta, sobretudo, na força e na unidade de quem nunca desistiu.



Sumário

9 Tese-guia – Um outro Brasil é possível! Um outro DF é possível!

9 I - Conjunturas internacional, nacional e local

11 2 - Em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada

13 A militarização escolar

14 A educação domiciliar (*homeschooling*)

14 A Escola Sem Partido (Mordaça)

14 A reforma do ensino médio e a privatização da educação pública

14 3 – Organização e estrutura sindical

16 Sindicalização e negociação coletiva

16 4 – Plano de Lutas

18 Lutas gerais

18 Lutas educacionais

19 Lutas econômicas

22 Contribuições

22 Contribuição 1 – GT Meio Ambiente

26 Contribuição 2 – GT Raça e Sexualidade

30 Contribuição 3 – GT Educação Inclusiva com foco na Educação Especial

32 Contribuição 4 – Tecnologia na escola. É preciso não retroceder

34 Contribuição 5 – Inclusão da Pessoa com Deficiência

38 Contribuição 6 – Coordenação Pedagógica: um direito a ser valorizado e protegido

42 Resoluções

42 Resolução 1 – Conjunturas internacional, nacional e local

44 Resolução 2 – Contra a obrigatoriedade do registro no CREF para atuação na escola

46 Resolução 3 – Precarização da profissão docente: contratos temporários, informalidade e plataformização

48 Resolução 4 – VIII Encontro de Mulheres Educadoras Antonieta de Barros

56 Moções

56 Moção 1 – Moção de repúdio ao assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira

58 Moção 2 – Moção de repúdio ao assédio moral a professores e estudantes do CED 01 da Estrutural

62 Moção 3 – Não à guerra! Pela autodeterminação dos povos! Fraternidade entre os povos

64 Moção 4 – Repúdio à cassação o vereador Renato Freitas

65 Moção 5 – Em defesa do socioambientalista Thiago Ávila



Um outro Brasil é possível! Um outro DF é possível!

I – Conjunturas internacional, nacional e local

As crises que se sucedem no mundo ao longo de séculos – sobretudo no sistema capitalista – ganham atualmente contornos mais dramáticos. Segundo a ONU, cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada e 811 milhões estavam na extrema pobreza, em 2020. Enquanto isso, o clube de bilionários continua se expandindo à custa da exploração da mão de obra e da intensa desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Para aprofundar a destruição dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e atacar os instrumentos de organização, como sindicatos, partidos e movimentos populares, se apoiando em valores antissociais e antiéticos como o individualismo e os preconceitos de raça, cor, religião, sexo, gênero e orientação sexual, a extrema direita avançou em vários continentes, elegendo governos intolerantes, antidemocráticos e que colocam milhões de pessoas em condições de total vulnerabilidade pela política que aplica: contrarreformas, sucateamento e sucessivas tentativas de destruição do serviço público, precarização das condições de trabalho, aumento dos preços dos alimentos e combustíveis entre outros.

O negacionismo desses governos que se recusaram a aplicar medidas como testagem em massa, distribuição de EPIs, auxílio emergencial que permitisse ao povo o direito de ficar em casa e se resguardar do risco de contaminação, aumento das frotas de ônibus, entre outras medidas, aliado ao desmonte dos serviços públicos, em destaque a saúde pública, foi responsável pela morte de milhares de pessoas na pandemia da Covid-19, sendo que o Brasil e os EUA, especialmente na gestão de Trump, acumulam mais de 1/4 das mortes por coronavírus no mundo!

Já as guerras híbridas e os movimentos separatistas patrocinados pelos EUA têm gerado crises e conflitos armados em todo o mundo. O mais recente é a guerra entre Rússia e Ucrânia, com indisfarçáveis interesses econômicos e bélicos, sobretudo de expansão da Otan sobre o Leste europeu. E é imperioso que as nações se unam pelo fim da guerra não só na Ucrânia, mas também na África e no Oriente Médio, e pelo acolhimento humanitário dos refugiados.

A América Latina tem retomado a agenda de desenvolvimento inclusivo elegendo governos progressistas (o último foi na Colômbia). E há grande expectativa de o Brasil consolidar essa guinada política na Região, elegendo Lula presidente e recolocando o país no centro dos debates da superação da pobreza, da preservação ambiental, entre outros. São pautas intrinsecamente ligadas à superação do capitalismo e à edificação de uma sociedade socialista.

O Brasil vive uma crise profunda com mais de 33 milhões de pessoas passando fome e quase 11 milhões de desempregados. A taxa de desocupação mínima na última década foi de 4,3%, no governo Dilma (2014), e a máxima

de 14,9%, no governo Bolsonaro (2021). Aliado a isso, a inflação galopante contribui com o arrocho salarial e agrava a carestia da população em situação de rua. Essa situação é provocada pelos imperialismos que querem a manutenção do nosso país como colônia, se limitando a um exportador de commodities (soja, minérios etc.) com menor valor agregado.

O desmonte do Estado brasileiro teve início no pós-golpe de 2016 e se aprofundou na gestão de Jair Bolsonaro. A privatização de empresas públicas (Embraer, Eletrobras e subsidiárias da Petrobrás); o desmonte dos marcos e das agências ambientais, estimulando a violência e a exploração econômica em reservas ambientais e indígenas; a retirada de direitos da classe trabalhadora com as reformas trabalhista e previdenciária; a instituição do Teto de Gastos (Emenda 95), impedindo novos investimentos em saúde e educação por 20 anos, impuseram pobreza ao povo e mais concentração de renda aos ricos.

Além de aprofundar a crise econômica e social, o governo Bolsonaro investe na desestabilização da democracia com frequentes ataques às instituições e sucessivas ameaças de golpe. Também está envolvido em diversos casos de corrupção, com participação direta de membros da família. É um contexto em que as instituições cada vez mais demonstram a sua falência. Essa podridão é responsável pelo crescimento do discurso religioso fundamentalista e cúmplice da maciça presença de militares na administração pública.

É por este motivo que assistimos conflitos violentos e ao aumento dos assassinatos no campo, com a ofensiva do governo e do latifúndio que desferem ataques aos povos originários. Os brutais assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips são expressão do avanço predatório das madeireiras, mineradoras e do agro, sob as bênçãos e proteção do governo Bolsonaro. Este governo de extrema direita, junto com o Congresso Nacional, continuou atacando os sindicatos e a organização dos trabalhadores (o que reforça a necessidade da retomada do debate nos sindicatos de dispositivos próprios de segurança) além de dificultar a manutenção financeira das entidades e aprofundar a reforma trabalhista, que resultou no aumento do desemprego, na precarização e redução dos salários e direitos.

As eleições de 2022 terão caráter plebiscitário e é necessário somar esforços para a construção dos Comitês Populares e das Brigadas Digitais propostas pela CUT, visando derrotar o governo de Bolsonaro, capacho do imperialismo, porque queremos um governo democrático popular que revogue as contrarreformas trabalhista e da previdência, o orçamento secreto, o congelamento dos gastos sociais e todos os ataques aos direitos da classe trabalhadora. Queremos a reestatização das empresas estatais e o fortalecimento das que continuam sendo públicas, já que são fundamentais para o projeto de desenvolvimento soberano.

A política de preços imposta à Petrobrás, que beneficia acionistas em detrimento da população, é inadmissível. Queremos uma Petrobrás 100% estatal! Queremos também avançar na conquista de outras pautas que até hoje não foram atendidas, a exemplo das reformas agrária, política, da mídia.

Por isso, não necessitamos apenas de uma vitória eleitoral. Precisamos verdadeiramente lutar por uma democracia de fato para reconstruir e transformar o Brasil. Afinal, essa instabilidade atual, provocada pelas atuais instituições quando romperam o pacto democrático e colaboraram para o desmonte do Estado em curso, afronta a soberania popular e só favorece os golpistas, saudosos da tirania militar.

Em nível do DF, as eleições de 2018 não foram diferentes do restante do país. A negação da política, o enxugamento do Estado e a criminalização dos partidos de esquerda foram os pontos centrais. O atual governador, Ibaneis Rocha, surfou nessa onda, atrelando sua candidatura à de Jair Bolsonaro. Ainda hoje, os discursos e as práticas administrativas continuam semelhantes entre os dois.

No início da pandemia da Covid-19, Ibaneis, aliado de Bolsonaro, acertou em adotar as orientações da OMS, mas posteriormente cedeu às pressões do governo federal e do comércio local. Hoje, o DF ultrapassa 750 mil pessoas contaminadas e 11 mil mortes por coronavírus.

Além do descaso com a saúde, o governo distrital não deu a devida atenção às demais áreas da administração, em especial à educação, à segurança, à mobilidade urbana e ao histórico déficit habitacional. A educação tem sido alvo de severos ataques, através de parcerias público-privadas, de militarização das escolas, jogando por terra a construção histórica do projeto de Gestão Democrática.

O servidor público, inclusive aposentado, é penalizado com a precarização do trabalho, o arrocho salarial e o aumento da contribuição previdenciária. O governador não repôs as perdas salariais, não realizou concurso público com vagas que atendam à carência existente e aumentou a taxa da contribuição que retira mensalmente 14% dos salários, uma perversidade diante das perdas salariais superiores que atingem 50%.

Tal como em nível nacional, o momento no DF exige a unidade da classe trabalhadora para frear as políticas de Estado mínimo e para inaugurar um projeto que contemple os diversos setores da sociedade, assegurando desenvolvimento, emprego e oportunidades para todos.

2 – Em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada

A retomada do neoliberalismo no Brasil, sobretudo a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95, rompeu com diversos compromissos sociais, especialmente com a educação. O PNE e os planos subnacionais tiveram suas metas quase todas abandonadas pela contenção dos investimentos públicos e pelos sucessivos cortes orçamentários. Só neste ano, as universidades e os institutos federais sofreram contingenciamento de R\$ 3,2 bilhões (o governo estuda reduzir em 50% esse valor) e a área de Ciência e Tecnologia perdeu outros R\$ 3 bilhões, ao mesmo tempo que são revelados esquemas de corrupção envolvendo o Ministério da Educação (MEC).



Os ganhos advindos com a aprovação do novo Fundeb estão em risco tanto em função dos cortes em programas suplementares do MEC (transporte, merenda, material didático e formação profissional) quanto pela abertura do Fundo público à iniciativa privada. A Lei 14.276, entre outras coisas, autorizou o repasse de recursos do Fundeb para instituições de ensino do Sistema S.

Também a partir de 2016, a educação passou a perder sua principal fonte extra de recursos, conquistada com a descoberta do pré-sal. A Lei 12.351, aprovada no governo Lula, destinou todos os recursos advindos da comercialização da União no pré-sal ao Fundo Social. Do total, 50% era para financiar o cumprimento das metas do PNE. Ocorre que duas leis posteriores alteraram o montante e a partilha dos recursos do Fundo Social (leis 13.586/2017 e 14.052/2020), reduzindo as verbas da educação. Agora, o governo Bolsonaro propõe acabar de vez com o Fundo Social, por meio do PL 1.583/2022.

Além desses ataques, a recente Lei Complementar 194 – que limita a alíquota do ICMS sobre combustíveis e outros produtos – retirará mais de R\$ 25 bilhões da educação, tendo o governo vetado os dispositivos que previam compensação da União a estados, DF e municípios para cumprimento dos pisos constitucionais de educação e saúde em 2022. Situação essa que comprometerá não apenas os investimentos nas redes de ensino, mas o próprio custeio das escolas e a remuneração dos profissionais da educação.

Os ataques do governo Bolsonaro à educação – muitos corroborados por prefeitos e governadores, a exemplo de Ibaneis, no DF – não se restringem à pauta orçamentária. Há uma disputa ideológica e de projeto de sociedade que tem causado muitos prejuízos à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Ibaneis, soldado de Bolsonaro, iniciou a implementação do Novo Ensino, militarizou as escolas, atrasou o repasse do PDAF entre outras medidas para aplicar a velha e conhecida fórmula: “sucatear para privatizar”.

Destacamos as principais medidas governamentais de ataque à educação, contra as quais o Sinpro-DF se soma à luta da CNTE e de outras entidades e sindicatos da educação do país:

1. A militarização escolar: fomentada pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim), essa política visa pretensamente combater a violência escolar. Porém, na prática, tem sido responsável (a) por agressões de militares a estudantes e profissionais da educação dentro das escolas, (b) por restrições a direitos individuais e perseguições a grupos sociais (LGBTQIA+ e afrodescendentes), (c) por evasão escolar decorrente das “transferências” de estudantes que não se enquadram nos padrões de disciplina militar, (d) por prioridades de investimento nas escolas militarizadas em detrimento das demais unidades públicas, (e) além de comprometer gravemente os princípios da pluralidade, da laicidade e da democracia escolar. Recentemente, o Ministério Público do Distrito Federal revisou sua

posição em relação às escolas cívico-militares, orientando o fim dos convênios com as áreas militares na rede educacional do DF. E o Sinpro-DF apoia essa orientação e cobrará do governo Ibaneis a destituição dos acordos.

2. A educação domiciliar (*homeschooling*): a Câmara Distrital aprovou o projeto em 2020 e o Sinpro-DF ingressou com ação judicial por falta de previsão legal para entes subnacionais legislar sobre a matéria. Em maio último, a Câmara dos Deputados aprovou alterações na LDB visando recepcionar a educação domiciliar na legislação nacional. O projeto está em discussão no Senado e os trabalhadores em educação são contrários ao **homeschooling**. Além de atacar princípios da pluralidade de saberes, da formação humanística e cidadã e de respeito às diversidades, a educação domiciliar expõe crianças a abusos domésticos e cria novas atribuições e despesas aos sistemas de ensino para monitorar as matrículas domiciliares, retirando recursos que deveriam ser empregados na qualidade da escola pública.

3. A Escola sem Partido (Mordaça): há projetos tramitando nas câmaras federal e distrital com o objetivo de restringir os conteúdos curriculares e subordiná-los inteiramente às preferências ideológicas dos pais. Ademais, a proposta estabelece verdadeira perseguição a determinados conteúdos pedagógicos, a exemplo da identidade de gênero. O STF tem julgado inconstitucionais as leis estaduais e municipais que tratam do assunto, e o *homeschooling* tem servido de alternativa aos grupos reacionários que defendem a mordaça escolar.

4. A reforma do ensino médio e a privatização da educação pública: o Sinpro-DF se manterá engajado na luta contra a implementação do novo ensino médio, dado que essa política é extremamente prejudicial para os estudantes e para a escola pública. Além de limitar conteúdos e de não garantir o acesso a todos os itinerários formativos, o NEM foca a automação e a privatização da educação, a desqualificação da profissão docente (introduzindo o Notório Saber), a demissão de professores e funcionários das escolas públicas, substituindo o compromisso do PNE de expansão da Escola Integral pela educação a distância e por convênios precários com instituições não necessariamente educacionais, com o fito de reduzir despesas estatais com a educação, inclusive diminuindo a demanda na universidade pública, condicionando a juventude das classes populares a ocupações de baixa remuneração.

3 – Organização e estrutura sindical

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal sempre pautou a sua luta em defesa da escola pública, gratuita, inclusiva, integral, democrática, laica e socialmente referenciada, com autonomia e independência frente aos governos de

plantão. Além das pautas específicas da educação e da categoria, o Sinpro-DF se mantém engajado nas lutas contra as políticas neoliberais de expropriação, privatização e supressão de direitos da classe trabalhadora e da sociedade.

Mais uma vez, o Brasil atravessa um período de intensos ataques ao Estado Democrático de Direito e à classe trabalhadora. São investidas arquitetadas pelos setores reacionários que chegaram ao poder com o golpe de 2016 e que têm a missão de substituir o modelo de “Estado de Bem-Estar Social” pelo “Estado Mínimo”, através da imposição de um projeto ultraconservador e neoliberal voltado aos interesses do capital nacional e internacional.

Os direitos trabalhistas conquistados nas últimas décadas e os direitos cidadãos presentes na Constituição Federal de 1988 têm sido os alvos prioritários. Muitos, inevitavelmente, foram destruídos com as contrarreformas trabalhista e previdenciária, de cunho neoliberal. Sob o pseudoargumento de combater o desemprego no país, a reforma trabalhista flexibilizou conquistas e implementou novas relações de trabalho extremamente desvantajosas para os(as) trabalhadores(as), como o contrato intermitente. Na Previdência, os déficits originados pela má gestão pública permitiram aprovar confiscos aos ativos e aposentados, através da EC 103, posteriormente replicada nos estados, DF e municípios que possuem regimes previdenciários próprios.

Parte significativa das reformas no mundo do trabalho se deve à revolução digital em curso, que também afeta o setor educacional. As plataformas via internet ganham cada vez mais espaço e o capital ávido por ganhos investe na desregulamentação do trabalho e na potencialização da mais valia. Se, por um lado, é preciso adaptar as relações de trabalho na indústria 4G, por outro, isso não pode representar a aniquilação de direitos da classe trabalhadora.

Na educação, especificamente, o empenho do governo federal (e estaduais/distrital) em disponibilizar parte significativa dos currículos a distância, coloca para os sindicatos a tarefa, primeiro, de rechaçar peremptoriamente a oferta escolar não presencial e, num segundo momento, de negociar os limites, formas e condições de trabalho para os profissionais que executam atividades não presenciais.

Em relação às pautas do Sinpro com o GDF, importante mantê-las dentro das condições estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação, sobretudo no que se refere à equiparação salarial do magistério com outras categorias do serviço público com mesmo nível de escolaridade. Transcorridos sete anos de vigência do PDE, os(as) professores(as) continuam entre os que possuem menor remuneração na estrutura organizativa do GDF por nível de formação profissional.

Outra demanda importante para a qualidade da educação e para assegurar direitos à categoria refere-se à necessidade de ampliação de contratos efetivos, através de concursos públicos. Atualmente, apenas 57,6% da rede pública escolar é composta por profissionais concursados. Mais de 40% são temporários e ficam submetidos a contratos precários. Mesmo o Sinpro mantendo a representação dos profissionais temporários, importante avançar na pauta da ampliação do concurso público, pois garante estabilidade, acesso ao plano

de carreira e à aposentadoria pelo regime próprio do GDF, além de significar melhores condições de trabalho aos profissionais da educação.

Sindicalização e negociação coletiva

Passada mais de uma década da aprovação da Convenção 151 da OIT, que versa sobre o direito de sindicalização e relações de trabalho na administração pública, a legislação não foi regulamentada para que esse direito se cumpra de fato. A negociação coletiva no serviço público é outro ponto pendente de efetividade.

Por outro lado, a estabilidade do servidor continua sendo atacada, mais recentemente pela PEC 32, que versa sobre a reforma administrativa. A proposta do governo Bolsonaro tramita na Câmara dos Deputados e, caso seja aprovada, permitirá ampla e irrestrita terceirização dos serviços públicos à iniciativa privada, com consequente demissão em massa de servidores. A estabilidade será totalmente flexibilizada!

O direito de greve no serviço público continua mitigado e pendente de regulamentação, sendo que os projetos de lei no Congresso são altamente prejudiciais para os servidores, que têm atuado através de suas entidades representativas para impedir suas aprovações.

As punições a trabalhadores(as) grevistas e condenações judiciais de dirigentes sindicais continuam sendo realidades no país, embora cada vez mais denunciadas em âmbito da OIT e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Os ataques aos sindicatos, sobretudo na vigência de governos autoritários, se dão de inúmeras formas, especialmente para inviabilizar financeiramente as instituições. A reforma trabalhista acabou com o imposto sindical – meio de sustentação de muitos sindicatos da iniciativa privada – e a MP 873 de 2019 tentou impedir o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento dos servidores.

Por pressão dos sindicatos, a MP de Bolsonaro caducou e não foi votada pelo Congresso. Não satisfeito, o governo editou o decreto 9.735/2019, vetando o desconto na folha de pagamento de contribuições sindicais dos servidores da União. A questão foi judicializada, porém inspirou vários projetos de lei e propostas de emenda à Constituição que tratam da “reforma sindical”. Todos têm como “sugestão” limitar as formas de arrecadação dos sindicatos, via descontos de consignações em folha de pagamento.

4 - Plano de Lutas

Para viabilizar o Plano de Lutas para o próximo período, será necessária uma mobilização permanente na base e na sociedade, com o Sinpro se mantendo atuante nas escolas e revitalizando as plenárias sindicais, com os gestores e gestoras escolares. Sempre que necessário, as paralisações da nossa força trabalho deverão acontecer para ampliar direitos e impedir retrocessos.



Lutas gerais

- Defesa da democracia com eleições livres e diretas. Fora Bolsonaro e Fora Ibaneis;
- Lutar para garantir governos e parlamentos com representações populares, progressistas e da classe trabalhadora;
- Apoiar os Comitês Populares de Lutas e as Brigadas Digitais da CUT para defender a democracia e a soberania do país, além dos direitos sociais da classe trabalhadora;
- Revogação da Emenda Constitucional 95;
- Revogação das reformas trabalhista e previdenciária;
- Contra a PEC 32 (reforma administrativa);
- Lutar contra a fome e a miséria;
- Lutar pela soberania do Brasil e contra as privatizações das empresas públicas (Petrobrás, bancos públicos, Correios, universidades e outras);
- Defesa da Petrobrás 100% estatal, para que a nossa riqueza seja para o desenvolvimento do país em investimento em serviços públicos (educação, saúde, tecnologia, reforma agrária e urbana, etc.);
- Defesa das populações indígenas, das comunidades quilombolas, das mulheres, das populações negras, das pessoas com deficiência, das juventudes, dos idosos, das crianças e dos adolescentes e das comunidades LGBTQIA+;
- Defender os povos da América Latina e do Caribe contra todas as formas de opressão por parte do imperialismo estadunidense.

Lutas educacionais

- Em defesa da educação pública e de seus profissionais;
- Pelo cumprimento das metas dos Planos Nacional e Distrital de Educação;
- Defesa do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério;
- Por mais vagas nos concursos públicos para contratação imediata de professores efetivos!
- Contra a militarização das escolas – reversão imediata das escolas militarizadas, a educação domiciliar (*homeschooling*), a Lei da Mordça (Escola sem Partido) e a privatização da educação pública;

- Pelo direito a uma escola laica, democrática e que respeite a diversidade racial, religiosa, de gênero e de orientação sexual – pelo acolhimento sem preconceitos de LGBTQIA+;
- Pela revogação da reforma do Ensino Médio e BNCC;
- Pela aprovação do Sistema Nacional de Educação e o Custo Aluno Qualidade;
- Defesa da Educação Escolar Presencial e da profissão docente, contra a precarização, a terceirização, a desprofissionalização e a superexploração do trabalho docente;
- Pela ampliação da educação integral à luz do Plano Distrital de Educação;
- Plena efetividade à Gestão Democrática do Ensino Público, com autonomia financeira e política, conforme a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012;
- Investir em políticas públicas e democráticas de segurança nas áreas escolares;
- Pela ampliação do Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária (PDAF);
- Contra a superlotação das turmas escolares que prejudica a qualidade do ensino e o trabalho docente;
- Lutar por concurso público;
- Lutar por segurança sanitária nas escolas.

Lutas Econômicas

- Recomposição salarial oriunda dos sete anos sem reajuste;
- Aplicação da Meta 17 do PDE, garantindo a isonomia entre os trabalhadores em educação com outras áreas com nível de escolarização equivalente;
- Incorporar aos salários todas as gratificações devidas;
- Luta permanente pela atualização do auxílio alimentação e plano de saúde;
- Garantir conquistas para os(as) aposentados(as) e contratos temporários.

Proponente: Diretoria Colegiada do Sinpro-DF



ALISMO DE BASE
E COMBATIVO.
RES DA EDUCAÇÃO

CONTRIBUIÇÕES

FORA
BOLSONARO!

12

Congresso de
Trabalhadoras/es
em Educação

SINPRO
SINDICATO DOS PROFESSORES
DO DISTRITO FEDERAL

SINPRO
SINDICATO DOS PROFESSORES
DO DISTRITO FEDERAL

43
ANOS

CUT
CN E

CONTRIBUIÇÃO I

GT Meio Ambiente – 12º Congresso de Trabalhadores/as da Educação

Dia: 22 de junho de 2022, às 18h30

Mesa:

1. Daniel Gaio (Secretário de Meio Ambiente - CUT Nacional)
2. Henrique Torres (Secretário de Meio Ambiente - CUT DF)
3. Flávia Barbosa (Professora da Rede Pública do DF, bióloga, especialista em Educação Ambiental e Planejamento Ambiental)

Mediação: Hamilton Caiana – Secretário de Políticas Sociais do Sinpro-DF

Assessoria: Ana Carolina Cançado Teixeira

Presentes: Ana Carolina, Hamilton Caiana, Daniel Gaio, Henrique Torres, Flávia Barbosa, Jose Pedro, Roberto Nunes, Thais Romanelli, Magno Rocha, Raimundo Kamir, Sebastião Viana, Maria Alves, Leilane Costa, Consuelita Nascimento, Lucilene, João Augusto, Beatriz Goulart, Jairo Mendonça, Márcia Gilda, Ritinha, Palestino, Sinharinha, Anabel Gonçalves, Flaviane Antunes, Quêner Chaves, Vanna, Maria, Anderson Correa

Total de 27 participantes contando convidados/as

Fala Daniel Gaio – Temas abordados

- Mercantilização da Natureza / do Meio Ambiente;
- Maquiagem verde;
- Empregos Verdes / Digitalização dos empregos, dos nossos dados (transição verde);
- Uso da nossa pauta, que é distorcida em prol do capitalismo;
- Todos os biomas estão sofrendo com isso. A Amazônia em especial, caso do Dom e Bruno. Tudo por conta das ações anti-indigenista dos nossos governantes;
- Educação – papel fundamental para desconstruir esses desmandos. Contra o que estamos vivenciando. Sugestão de cartilha e filme: <https://www.cut.org.br/acao/transicao-justa-517f> <https://youtu.be/3Xux89-8MX4>

Fala Henrique Torres – Temas abordados

- Passamos fome mesmo sendo o maior país produtor de grãos;
- Bioma Cerrado, por tanto desmatamento já percebemos as secas prolongadas, reservatórios secando;
- O sofrimento ambiental tem cor e classe. Quem sente fome e sede são os mais pobres e as pessoas negras;
- As crianças passam muito tempo nas escolas. Como elas chegam? Com sede, com fome. Sem uniforme, não tem água pra lavar roupa. Como o professor lida com isso?;
- Indicação de Livro “Aparelhos ideológicos do Estado” Louis Althusser;
- Fragilidades do DF que devem ser debatidas nas escolas: água (gestão hídrica),

alimentos com preços elevados (matriz produtiva agrícola/agroecologia). As escolas fazem muitos trabalhos com educação ambiental (coleta seletiva, formas de pensar o seu próprio consumo), horta (alimentos saudáveis x alimentos com venenos – questão dos agrotóxicos).

Proposição: concurso dos projetos de educação ambiental das escolas. Lançamento de um livro com esse compilado. Vivência nas cooperativas, nos acampamentos/assentamentos da reforma agrária, resgatar o Sinpro Ambiental, Festivals Ambientais.

Fala Flávia Barbosa (10 min) – Temas abordados

- Meio ambiente é um tema muito diverso: alimentos, biomas, doenças;
- Grilagem de terras no DF;
- Não é a ausência de políticas ambientais. O que falta é a execução da política. Os governantes não querem. Poucos servidores/as para fiscalizar, grandes interesses econômicos. Quando existe prisão, são os intermediários e não os que coordenam;
- Existe ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico – com base nesse ZEE que se planeja onde vão ser estabelecidos residências, parques, atividades comerciais entre outras atividades levando em consideração os impactos ambientais;
- Existem Planos Diretores das cidades, mas também não são respeitados. Lucro acima de tudo;
- Relação do meio ambiente com o mundo do trabalho: Todos os modos de produção impactam de alguma forma a nossa vida, o que nós consumimos. Exemplo: situação da Amazônia: minérios (que estão em vários produtos que consumimos), precisamos trocar de carro sempre? Precisamos de tantas roupas? Precisamos morar em algum terreno ilegal? – Educação ambiental; Educação Ambiental Formal – Escolas; Educação Ambiental Informal – ONGs, Escoteiros etc.

Proposição: Secretaria de Educação precisa investir mais em formação em Educação Ambiental para professores/as que muitas vezes acabam trabalhando somente de forma superficial.

Questões levantadas/inscrições:

I. Márcia Gilda

- De fato as escolas não aprofundam a temática até porque acham “feio” o Cerrado e não entendem a sua importância;
- Terra para Quilombolas, agricultura familiar, povos originários. Esse governo contra a demarcação de terras;
- Diminuição da Flora, a estrutural virou cidade, mas os catadores estão longe da pista, em situação de pobreza;
- A sociedade precisa entender a importância da preservação.

Proposição: Criar campanhas nas escolas para essa finalidade.

- Novo Ensino Médio tem a intenção de retirar os estudantes das escolas públicas do ingresso na UnB. Tudo intencional.

2. Kamir

- Meio Ambiente tem que ser numa perspectiva da luta de classes;

- Debate da falta da água. A água continua sendo negada para quem mais precisa;

- Vimos campanhas para a gente economizar, mas não falam das grandes empresas. Quais ações elas vão tomar? Na pandemia inclusive foi negado o básico para a população: lavar as mãos;

- Papel dos/as catadores/as: fazem um trabalho maravilhoso, mas não são reconhecidos.

Proposição: GDF Intercâmbio: escolas/catadores (Coleta Seletiva).

- Assim como existe um projeto político contra a educação, existe um projeto contra o meio ambiente.

Moção

Moção de Repúdio ao assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira.
que enfrentamento temos visto? Lutar tornou-se um verbo descaracterizado hoje em dia.



CONTRIBUIÇÃO 2

Grupo de Trabalho Raça e Sexualidade

Dia: 23 de junho, às 18h30

Mesa

1. Leonardo Café – professor da SEEDF, formador na Eape na área de Diversidade e Direitos Humanos

2. André Lúcio Bento – professor da SEEDF, mestre e doutor em linguística e especialista em cultura afrobrasileira

Mediação: Márcia Gilda e Ana Cristina – Secretária de Assuntos de Raça e Sexualidade **Assessoria:** Danielle Freire

Presentes: 23 presentes

André Lúcio Bento – professor da SEEDF, mestre e doutor em linguística e especialista em cultura afrobrasileira

• Apresentação do artigo – Racismo curricular (de autoria do próprio André Bento, publicado no CB, em 9 de abril de 2022).

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2022/04/4999343-analise-racismo-curricular.html>

- Reconhecer a África como berço da civilização.
- Abordagem romantizada a respeito do racismo é algo bastante recorrente.
- Não podemos deixar de estudar e conhecer os problemas do Brasil.
- Os preconceitos vão se misturando.
- Precisamos ter estratégias pedagógicas para tratar assuntos como racismo e preconceitos nas escolas (metodologias, formas de abordagem).
- Como tratar essa temática com as diferentes faixas etárias?
- Criar uma proposta metodológica para lidar com racismo e preconceito nas escolas.
- Falta a nós, professores e professoras, metodologia de como abordar esse tema de maneira a transformar a sociedade em algo melhor.

Leonardo Café – professor da SEEDF, formador na Eape na área de Diversidade e Direitos Humanos

- Conceito de diversidade que há no Currículo em Movimento (página 41) – materializa a narrativa que defendemos. Esse documento nos respalda, mas também nos provoca.
- Os discursos fundamentalistas muitas vezes invadem as escolas e debates do tipo: “Para que falar sobre homossexualidade?”, “Porque levantar polêmica sobre preconceito racial?”;
- O papel da mulher na sociedade – qual o nosso posicionamento dentro das escolas a respeito do cenário atual?
- O que estamos fazendo pelas nossas meninas e nossas jovens com relação a violência?
- Incentivamos as nossas meninas a serem líderes?

- Nós precisamos agir hoje, agora, nas nossas escolas, no nosso sindicato.
- Qual a importância de um documento como o Currículo em Movimento?
- Homossexuais, negros e mulheres sofrem preconceito estrutural.
- O Brasil é um dos países que mais mata homossexuais no mundo.
- A expectativa de vida de uma pessoa homossexual é de 35 anos.

Inscrições

Rodrigo Suess – A homofobia é algo que atinge não só os estudantes, mas também nós, professores. Eu já passei por situações como essa. Essa é uma temática que devemos, sim, debater, trazer para os espaços.

João Macedo – E escola é um território minado para pessoas LGBTQIA+. Penso que a EJA é o único lugar, a única esfera que possibilita o acesso / existência de pessoas trans. E o que o governo tem feito com a EJA? Tem acabado com ele, fechando turmas. Eu valorizo o nosso sindicato e sei da importância do mesmo, mas me preocupa o discurso revolucionário e a pouca ação para combater toda essa opressão. Isso porque nem falamos das nossas crianças LGBTQIA+. O que fazemos com relação a elas? Precisamos trabalhar documentos, eleger pessoas, que são além de aliados, mas que vivem essas realidades. Uma das nossas lutas é que devemos ter lugar de fala (e que esse lugar não seja uma prisão de fala). Sei das nossas lutas, contudo vejo que nós ainda estamos engatinhando. Temos muitos receios ainda. Gente, ninguém tem receio de nos matar. Ninguém tem receio de nos discriminar. Quantas vezes não fui chamado de professor bichinha. A gente tem que parar de engatinhar. É duro, é difícil. Mas, a gente tem que caminhar. Caminhamos muito, mas é preciso ir além. Se dentro do sindicato há pessoas que não conseguem falar todes, imagine nas escolas.

Vanilce – Muitas coisas se passam pela minha cabeça ao ouvir as falas de vocês. Hoje, as pessoas têm orgulho de serem preconceituosas. Não há o menor pudor, tudo é dito com uma naturalidade que me espanta. Eu já passei por episódios de preconceito em que não tive reação. Depois fiquei me punindo por isso. Uma situação muito difícil. Falar aqui, entre pessoas que compreendem é tranquilo, mas e lá fora? Precisamos nos preparar.

Márcia – O Leonardo falou algo muito importante: nós estamos propiciando aos nossos estudantes o protagonismo? Estamos sendo educadoras e educadores que possibilitam isso? Nos admiramos de pessoas mulheres trans que são fortes, empoderadas, mulheres e homens negros empoderados, mas o que fazemos para que nossos estudantes sejam pessoas empoderadas? Eu passei por situações terríveis quando criança, da primeira à oitava série. A escola era um lugar horrível para mim.

Edicarlos – Muitas vezes estamos pulverizados, espalhados em muitos lugares. Espaços como o coletivo LGBTQIA+ são importantes para nos fortalecer. Precisamos colocar nossa voz pra fora. Quetudo o que defendemos reverbera. Nessa onda conservadora, as pessoas acham que podem falar o que bem entendem e não responder por isso. Precisamos lutar contra isso, essas pessoas não podem ficar impunes. Bullying não é preconceito.



RESOLUÇÕES

- Formação sobre o Currículo em Movimento, pensando os eixos transversais e os pressupostos teóricos que orientam nossa prática, garantindo assim, sua implementação de forma eficaz e efetiva;
- Implementação nos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) de pautas inclusivas a respeito da diversidade de gênero, étnico-racial;
- Defesa contínua da Gestão Democrática;
- Combater a militarização das escolas;
- Garantir a permanência dos estudantes LGBTQIA+ nas escolas;
- Combater a violência institucional;
- Realizar pesquisas na categoria, levantando dados de educadoras e educadores LGBTQIA+ (quem são, onde estão e quais são as suas necessidades?);
- Defesa do modelo de seleção no concurso público, com um período de formação, ainda valendo como processo seletivo, para fazer discussões a respeito do racismo, homofobia, negritude, representatividade.

ENCAMINHAMENTO

- Aprovada a Moção de Repúdio à cassação do mandato do vereador Renato Freitas (PT-SC).

CONTRIBUIÇÃO 3

Grupo de Trabalho Educação Inclusiva com foco na Educação Especial

Mediação: Berenice Darc, Carlos Maciel e Luciana Custódio

Palestrantes:

Anna Paula Feminella: Diretora da CUT-DF e coordenadora da Frente Nacional de Mulheres com Deficiência.

Érica Curado: Professora da sala de recurso Generalista SEEDF e integrante do Coletivo de Trabalhadores com Deficiência da CUT-DF

Informes:

A mesa mediadora dos debates, abriu o GT – Educação Inclusiva com foco na Educação Especial, reafirmando a necessidade e a importância de debater o tema, com o objetivo de elaborar propostas para o 12º CTE – Congresso dos Trabalhadores em Educação, que será realizado no período de 7 a 9 de julho.

As palestrantes fizeram uma abordagem geral, trazendo o debate para a realidade atual e logo após foi aberta as inscrições para intervenções e perguntas.

Ao final, foram encaminhadas as seguintes propostas, que deverão ser enviadas para apreciação do 12º CTE.

Propostas e Resoluções:

- Continuar promovendo o debate sobre Educação Inclusiva com o governo e os mais diversos setores da sociedade;
- Denunciar o fechamento de salas de recursos e a não disponibilização adequada de equipamentos e profissionais capacitados para as salas de Educação Especial;
- Lutar pela modernização e informatização das salas de recursos;
- Lutar pelo não fechamento das salas de recursos no Campo, independente do número de estudantes;
- Defesa de programas de formação e valorização dos/as profissionais de Educação Inclusiva, através da EAPE;
- Elaboração de políticas estruturantes, que permitam o ingresso de pessoas com deficiência no mundo do trabalho;
- Políticas estruturantes e intersetoriais, cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência e avançar na luta pela manutenção e ampliação de direitos;
- Lutar contra o retrocesso local e nacional, que tem atacado as políticas de Educação Inclusiva;

i) Defender candidaturas que verdadeiramente são comprometidas com a Educação, destacando as políticas de inclusão. Contrapondo as candidaturas que se orientam através da política do capacitismo, racista, conservadora e excludente;

j) Fortalecer a luta pela a Educação Inclusiva, para que no futuro breve, a inclusão seja política de Estado e não governo;

l) Fortalecimento do Coletivo de Pessoas com Deficiência do Sinpro-DF;

m) Defesa intransigente da escola pública, gratuita, democrática, inclusiva e laica.

Realizado dia 23 de junho de 2022

CONTRIBUIÇÃO 4

Tecnologias na escola. É preciso não retroceder

A pandemia de Covid-19 nos impulsionou para a utilização de tecnologias que já estavam disponíveis, mas que, em geral, eram pouco usadas na escola. Com o isolamento social, reuniões pedagógicas, coordenações coletivas e aulas virtuais, foram por um ano e meio a forma de mantermos a escola funcionando.

Face à campanha de vacinação em massa promovida pelo SUS, passamos a ter a redução do número de mortes. O GDF decretou o retorno das aulas presenciais, no entanto, retrocedeu nos avanços auferidos pela pandemia e que foram úteis à educação, quais sejam: as reuniões de coordenação via web e o fomento audiovisual do CANAL E.

Pelas coordenações pedagógicas coletivas virtuais

Há anos, os professores conquistaram o direito de terem horários remunerados para coordenarem individual e coletivamente. Com o advento das tecnologias de comunicação e dos smartphones, os professores passaram a, diariamente, receber informações e a dar notícias via grupos de WhatsApp. Ou seja, se antes debatíamos em até duas reuniões coletivas semanais, hoje estamos conectados diuturnamente à coordenação e à direção da escola, sete dias por semana. Além disso, muitas escolas têm páginas nas redes sociais como Facebook, Instagram e YouTube para diálogo com professores, alunos, responsáveis e comunidade.

É importante destacar que a SEEDF não fornece internet com potencial adequado para que os professores consigam acessar ao mesmo tempo e sem interrupção. Assim, o preenchimento do Diário Web, por exemplo, muitas vezes só se consegue na escola, utilizando a internet privada do professor; ou ele só consegue manter o diário em dia acessando à web em sua residência.

Na pandemia, as reuniões pedagógicas e de coordenação aconteceram a contento pelo Google Meet. É de estranhar que a SEEDF, com o retorno das aulas presenciais, exija que essas reuniões tenham que ser realizadas dentro do espaço físico da escola, mesmo existindo a possibilidade de os encontros acontecerem gratuitamente pela web, gerando economia, reduzindo a poluição e otimizando o tempo.

Que o 12º Congresso de Trabalhadores em Educação do DF defenda que os professores tenham autonomia para definir a forma das reuniões na escola, se presencial, virtual ou híbrida.

O uso dos smartphones nas salas de aula

Os smartphones são aparelhos de alta tecnologia que incrementaram os telefones celulares e, hoje, permitem o uso de múltiplos aplicativos e a interação com a internet.

Esses aparelhos estão presentes nas escolas, inclusive nas mãos dos alunos. Ao invés de nos indispormos ao uso dessa tecnologia em sala de aula, devemos utilizá-la para estimular, nos alunos, competências socioemocionais como criatividade, organização, planejamento, comunicação, empatia, autonomia, protagonismo.

Uma das formas mais eficazes de se bem utilizar dessa ferramenta em prol da educação é estimular os alunos à produção de vídeos estudantis.

Muitos professores já fazem uso dos smartphones para que os alunos pesquisem, criem suas histórias, roteirizem seus filmes, gravem imagens e sons digitalmente e, ainda, editem seus vídeos e os poste na internet.

A pandemia propiciou que os professores, em sua maioria, fizessem uso das tecnologias digitais para, no isolamento social, se comunicarem com seus alunos. Muitos passaram a produzir videoaulas e buscaram a familiarização com aplicativos disponíveis nos celulares para potencializar suas aulas.

Pelo retorno do Canal E

Pudemos desenvolver mais rapidamente uma estratégia de comunicação por vídeos, fruto dos cursos de formação continuada oferecidos pela EAPE em parceria com o CANAL E.

Quando do contexto pandêmico, houve uma promoção do uso da tecnologia, em especial as que permitiam a criação de vídeos. A Secretaria de Estado de Educação do DF, ao invés de valorizar os setores que trabalhavam o audiovisual, na contramão da história e de forma autoritária, fechou o CANAL E, distribuindo seus professores em variados setores da SEEDF. Dessa forma, deu-se por encerrado uma experiência bem-sucedida de quase 30 anos de promoção do audiovisual nas escolas públicas do DF, e no momento em que, como nunca, as escolas despertam para a importância de formar professores na linguagem do cinema.

Com o encerramento do CANAL E, encerrou-se também a maior iniciativa de integração audiovisual das escolas: o FestCURTAS das Escolas Públicas do DF, um Festival de Cinema que, por cinco anos, fez parte da programação do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e mobilizou milhares de alunos a se expressarem artisticamente e a contarem suas histórias.

Que haja o retorno e fortalecimento do CANAL E, e com ele, os cursos de formação e o FestCURTAS das Escolas Públicas do DF, para estímulo e difusão do audiovisual nas escolas.

Destacamos também a importância de instituições que formam professores tenham em seu currículo disciplinas que versem sobre a educação audiovisual.

Proponente: Erizaldo Cavalcanti Borges Pimentel

CONTRIBUIÇÃO 5

Inclusão da Pessoa com Deficiência

A inclusão da Pessoa com Deficiência está ligada aos Direitos Humanos e à Justiça Social. Assegura a todas as pessoas o acesso e a participação sem discriminação a todos os níveis de serviços existentes na sociedade.

A inclusão da Pessoa com Deficiência é uma forma de efetivar a educação como inclusiva e reconhecer essas pessoas como indivíduos de direitos, amparados por leis específicas, baseadas em princípios dos Direitos Humanos.

A sociedade precisa compreender que a inclusão é uma prática aplicada em todas as esferas de uma sociedade civilizada, entre elas a educacional, que precisa compreender também que a equidade não é uma forma de igualar as pessoas com ou sem deficiência, e sim uma forma de proporcionar igualdade de oportunidades.

Para que a educação inclusiva se concretize e se estabeleça mostrando sua eficácia, é necessário que haja na matriz curricular estudos sobre acessibilidade e educação inclusiva e incentivos às ações afirmativas, engajamento de toda comunidade escolar numa perspectiva que inclua os Direitos Humanos no contexto da Educação, que haja realização de programas de qualificação e formação continuada para os docentes de toda a rede de ensino. Deve-se criar políticas públicas, realizar adaptações físicas e curriculares, eliminar barreiras, para que, dessa forma, as escolas se tornem inclusivas.

Inclusão das PcD no mundo do trabalho

A inclusão dos trabalhadores com deficiência aconteceu recentemente. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2013) dispõe que a PCD tem o direito ao trabalho de sua livre escolha e que deve ser aceita em seu ambiente de trabalho acessível e inclusivo.

O trabalho é uma ferramenta de inclusão social. É por meio dele que o reconhecimento é alcançado, e é previsto no Artigo 7 da Constituição Federal. O direito ao trabalho é fundamental para todos os seres humanos, é mais do que um meio de sobrevivência.

No cenário brasileiro, há mais de 26 milhões de trabalhadores formais ativos, 537 mil são PcD: eles representam 2,05% do total de empregados. O percentual de PcD inserido no mundo trabalho é inferior ao das pessoas sem deficiência. Para que aconteça a contratação pelas empresas, é necessário o ajuste entre a qualificação e a função.

A PcD é exclusiva do mundo do trabalho por inúmeros motivos, como por exemplo a falta de qualificação, falta de escolaridade, entre outros fatores.

O governo brasileiro deverá se comprometer em criar mecanismos que impulsionem a inclusão social de todos, intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento das políticas integradas, tanto nas áreas governamentais como na sociedade

civil organizada, para que os direitos desse segmento sejam garantidos, bem como realizar o combate à discriminação e o acesso aos bens e serviços existentes, para que inclusão seja uma realidade no processo de desenvolvimento do país.

As políticas e práticas da inclusão da PcD são insuficientes, não consideram os aspectos relevantes do mundo do trabalho e dos sujeitos que delas necessitam. O sistema de cotas permitiu identificar que as práticas de inclusão estão marcadas pela desigualdade.

A inclusão plena da PcD, tanto na sociedade como no trabalho, contém desafios e obstáculos, dificultando assim a implementação dos direitos dessas pessoas.

Os sindicatos têm como bandeira a construção de um mundo igualitário e inclusivo, e lutam para promover a inclusão da PcD e garantir seus direitos. O Sinpro tem trabalhado no acolhimento, fazendo sindicalizações e verificando a acessibilidade nos locais de trabalho, promovendo a formação profissional, lutando pela igualdade de salários e protegendo contra o trabalho inadequado à sua função.

A luta por melhores condições de vida e trabalho se volta para o processo de transformação da sociedade, sendo que o sindicato, como representante da classe trabalhadora, deverá acolher e incorporar as lutas sociais e políticas desse segmento, deverá promover a conscientização da classe e incentivar os trabalhadores a participar da luta pelos seus direitos. Cabe, portanto, aos sindicatos desenvolver ações voltadas para a participação dos trabalhadores com deficiência, ampliar sua participação em diversos espaços como direção, mesa de negociação, tendo como foco a formação política e as pautas sindicais.

Conceituando inclusão educacional nas escolas regulares

“A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças” (Montoan, 2007, p.45).

Quando falamos de inclusão nas escolas, falamos de aceitar as diferenças. O processo de inclusão é desafiador. Contudo, muitas barreiras da aprendizagem podem ser superadas com a sensibilidade do professor, que deverá focar não somente na transmissão de conteúdos, mas também nos processos de aprendizagem de seus estudantes.

A importância da educação inclusiva deverá ser reafirmada como um ideal além da utopia, devendo ser iniciada na instituição familiar e permeada nas diversas instituições sociais.

A educação inclusiva tem se revelado de extrema importância para as crianças, jovens e adultos com deficiência, possibilitando o desenvolvimento das competências e habilidades a serem utilizadas em seu cotidiano. Portanto, exige ade-

quação do currículo e novas metodologias. O ambiente escolar deve ser acolhedor e acessível para que o estudante não se sinta excluído.

Devemos ter em mente que a inclusão escolar trata-se de um processo social, uma conquista histórica que representa um avanço enorme em nossa sociedade. Hoje, além do acesso à escola, os estudantes com deficiência recebem tratamento diferenciado para que tenham um bom desempenho (Atendimento Educacional Especializado – AEE). Infelizmente, ainda não podemos afirmar que temos uma escola totalmente inclusiva e comprometida com a diversidade escolar.

Nossas escolas precisam ser mudadas. Fazer acontecer essas mudanças não é fácil. Necessário se torna a redefinição das alternativas pedagógicas que façam com que os educandos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, bem como o seu tempo para aprender seja respeitado.

A escola deverá estar aberta às diferenças

A inclusão vai além das lutas diárias. A escola deverá ofertar um currículo adaptado, formação continuada aos docentes, porque precisam estar preparados para as dificuldades que encontrarão no dia a dia. É preciso ter respostas pedagógicas para os problemas que serão vivenciados durante o ano letivo.

A Educação Básica é a chave para a inclusão, para a superação das desigualdades e para a obtenção de um ambiente político equilibrado. A nossa contribuição como educadores é construir juntos com o coletivo escolar formas de lidar com os conflitos apresentando soluções.

Proponente: professor Carlos Maciel e outros

Referências:

BRASIL, Artigo 34 da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146/2015)

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988

MITTLER, P. Educação Inclusiva. Contextos Sociais. Porto Alegre, Artemed, 2003.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? São Paulo : Moderna, 2003. Disponível em:

<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-TeresaEgl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>, Acesso em 27/07/22

_____. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2007.

_____. Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2002.



CONTRIBUIÇÃO 6

Coordenação Pedagógica: um direito a ser valorizado e protegido

Entre tantos afazeres acumulados nas atividades do ensino, docentes da educação básica têm trabalhado historicamente em condições materiais e ambientes escolares muito aquém do ideal. Nessa lógica, a ideia de melhoria da qualidade do trabalho escolar e de seu consequente impacto positivo na educação é antiga. A partir do final dos anos 1980, uma importante questão ganhava campo nas reflexões sobre o trabalho docente: como planejar o trabalho do professor e melhorar a qualificação para a prática do ensino? Atolados em cargas excessivas de horas-aula em turnos muitas vezes diversos, os docentes eram afetados diretamente pelo problema. Dessa forma, essa questão laboral acabou sendo levada às pautas sindicais de luta.

A coordenação pedagógica foi conquistada para os professores do Distrito Federal (DF) já nos primeiros planos de carreira, a partir dos anos 2000. Considerada conquista fundamental do magistério, as horas de coordenação podem ser consideradas um ponto de partida para a valorização profissional dos professores. Em âmbito nacional, posteriormente, essas horas foram reconhecidas pela Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso, PSPN), que estabeleceu em seu Art. 2º § 4º a referência de um terço da carga horária total do trabalho do professor a ser dedicado integralmente a atividades fora da sala de aula.

Chamadas de horas pedagógicas em outros lugares ou de coordenação pedagógica no DF, esse tempo reservado é precioso para o professor realizar o planejamento de suas aulas e atividades didáticas. Ele também foi pensado para a formação continuada, bem como para atividades relacionadas à elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico (PPP) da escola. Ademais, a coordenação pedagógica também se constitui como espaço natural de diálogo interdisciplinar entre os docentes e de deliberação permanente das questões escolares.

Inicialmente presa a ideias de uma educação tradicional e verticalizada, o conceito de coordenação pedagógica é hoje inter-relacionado às decisões colegiadas e à gestão democrática do ensino, imprimindo-se outro significado para a palavra 'coordenar' na prática docente. Se, num primeiro momento, o processo de coordenação relacionava a função do coordenador com a de um gerente ou inspetor de direção (o que repassa ordens), atualmente 'coordenar' está relacionado ao diálogo e à construção coletiva.

Dessa forma, o coordenador reúne, dentro da escola, as funções de mediar questões pedagógicas, articular as atividades, refletir os problemas e avaliações com o conjunto dos professores e fomentar a formação em caráter continuado a partir do contexto escolar em que está posto.

Por todo o quadro desenhado da luta pela melhor qualidade social da educação, a conquista do espaço de coordenação pedagógica dentro da carga total do trabalho remunerada do professor é, sem dúvida, um avanço humanitá-

rio. No âmbito do DF, apesar da recente criação de uma gratificação específica para o trabalho do coordenador pedagógico, ainda falta muito mais para a necessária valorização do professor que exerce essa função na escola e até mesmo para a devida importância revestida ao tempo dedicado às coordenações. Mesmo considerando o respaldo legal a essa função laboral, talvez fosse importante projetar num horizonte a constitucionalização do direito às horas-coordenação dentro da carga total do trabalho docente, haja vista os períodos de ataques a direitos sociais em que a área da educação é a principal vítima do desmonte estatal e da pilhagem de créditos orçamentários levados a toque de caixa por governos neoliberais e neofascistas que sempre ameaçam a retirada desse período pedagógico essencial.

João Moreira (Prof. De Ed. Básica, CEM 04 – Ceilândia)
Anderson Corrêa (Prof. De Ed. Básica, CEF 20- Ceilândia)



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO I

Conjunturas internacional, nacional e local

Avaliando do ponto de vista internacional, vivemos momentos difíceis e muito complicados, fruto da pandemia, da dificuldade de vacinação e do começo dela. O avanço em nível internacional da direita em muitos lugares no mundo deixa claro essa situação de espectro fascista, ressuscitando valores conservadores e antidemocráticos vivos e presentes.

A questão palestina é fruto desse processo conservador dominante. O povo palestino é perseguido, assassinado, explorado em sua própria terra, escravizado, extremamente isolado, tendo sua terra cada vez mais diminuída. A eleição de Joe Biden, nos Estados Unidos, foi só um fio de esperança pela defesa da democracia que ficou no papel; o que acontece é exatamente o contrário: o que se vê é o imperialismo se ampliando.

A questão iraniana, o não-respeito à autonomia do povo e do Estado, o país Persa, a sua forma de pensar e de se organizar, sofre a perseguição do Estado sionista e do imperialismo americano.

Observa-se essa conjuntura internacional preocupante também na Venezuela, que enfrenta um fechamento econômico, destruindo sua economia e sua autonomia.

A ascensão de governos autoritários, como no Brasil e em muitos locais no mundo, colocou em evidência o lado autoritário e fascista, lembrando o nazifascismo da segunda Guerra Mundial.

Em nossa América Latina, começamos a encontrar os novos ventos da democracia e o retorno ao poder da esquerda, como a vitória no Chile, no Peru, na Colômbia.

Precisamos, no Brasil e no mundo, estabelecer a autonomia dos povos e a ampliação da democracia, com relações pautadas pelos direitos humanos, pelo fim da discriminação e do preconceito e pela carta da ONU, dos direitos e da democracia, em nível internacional.

Derrotar o projeto fascista e autoritário torna-se imprescindível para a salvação da democracia. É preciso recolocar o Brasil nos trilhos da democracia. É preciso projetá-lo em seu lugar no mundo, na defesa da democracia e dos direitos e igualdade. É preciso combater o autoritarismo e fortalecer a democracia, o multilateralismo no mundo e seus organismos internacionais.

Salve o Brasil e a democracia! Fora fascismo e autoritarismo.

Defesa da educação pública gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada

Pensar na educação pública no Brasil hoje é um verdadeiro desafio a tudo aquilo conquistado e transformado nos últimos anos no país. É pensar na defesa da educação pública em torno do pensamento freiriano.

De que forma podemos avançar em termos de educação pública, que vive um ataque sem precedentes desde o golpe midiático-jurídico de 2016?

Precisamos fortalecer a Gestão Democrática como um dos pilares da educação pública em nosso país, e termos o Fundeb.

A Reforma do Ensino Médio coloca a escola pública com um retrocesso que remonta à Lei nº 5.692 da década de 1970. Ou seja, voltamos no tempo. Avaliar a Reforma do Ensino Médio passa por uma revisão ou uma revogação total, tendo em vista a falta de estrutura, de condições de trabalho, de avaliação das reais condições e estruturas das escolas públicas nacionalmente.

Faz-se necessário a valorização do Magistério Público em nível estadual, municipal e federal. Essa valorização passa pela Meta 17 do PNE, que discute e busca equiparação com as outras carreiras de nível superior no serviço público.

O processo de militarização das escolas públicas no Brasil é um dos maiores retrocessos históricos em termos de intervenção na escola pública, diante da filosofia autoritária e militarizada.

É preciso derrotar o projeto fascista e miliciano que dirige o Brasil para avançar nas políticas públicas para a educação e restabelecer com a sociedade uma escola democrática, laica, inclusiva e participativa de/e para todas, todos e todes.

O projeto de país deve passar por uma escola pública forte, democrática e representativa, para derrotar entulhos autoritários como a militarização, o *homeschooling*, a Reforma do Ensino Médio, o processo de terceirização e a não realização de concursos públicos.

Todo esse desmonte da educação passa por um processo arquitetado e silencioso de destruição das carreiras no magistério público. O nosso grande desafio é **VALORIZAR E DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA** para recolocar nosso país e as futuras gerações no processo de defesa e valorização dessa escola em todos os níveis.

Em Defesa da Educação Pública Gratuita de Qualidade Laica e socialmente Justa!
Salve Paulo Freire!

Proponente: Antonio Ahmad Yusuf Dames
Matrícula 22.777-3

RESOLUÇÃO 2

Contra a obrigatoriedade do registro no CREF para atuação na escola

Tese: “Contra a obrigatoriedade de pagamento do Conselho profissional para professores da educação formal: tira a mão do meu salário. Fora CONFEF/CREF da escola!”

No ano de 1998, o sistema CONFEF/CREF foi criado com o intuito de regulamentar a atividade profissional de trabalhadores da área não escolar, tendo em vista que professores de educação física da educação formal, fossem eles da educação básica ou superior, já tinham a atividade profissional regulamentada pelos conselhos estaduais, municipais e distritais de educação, bem como pelo Ministério da Educação.

Entretanto, desde então, o sistema CONFEF/CREF faz tentativas de exorbitar sua competência, ingerindo na atuação docente de professores de educação física de todo o Brasil, atuando de forma policialesca, constrangendo, perseguindo, coagindo docentes a pagar taxas de filiação ao conselho e judicializando a disputa.

No Distrito Federal, desde 2013, o sistema CONFEF/CREF obriga, via liminar na justiça, os novos professores – com diplomas de licenciados em educação física – temporários e efetivos, aprovados em concurso público, a pagar a taxa de filiação ao conselho para que possam tomar posse nos seus respectivos cargos.

Em 2021, por conta de um vício de origem, começou a tramitar no Congresso Nacional o PL2486/2021, com o intuito de corrigir o problema de formulação da lei que deu origem ao sistema CONFEF/CREF. Diante dessa situação, o Sinpro-DF, juntamente com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), protagonizou uma grande articulação nacional com entidades que há 24 anos lutavam contra as ingerências do Conselho Federal de Educação Física na educação formal, com o objetivo de incluir uma emenda ao referido PL, que tornasse a filiação ao conselho facultativa aos profissionais da educação.

Dessa forma, o Sinpro-DF, o CBCE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), entre outras entidades, conseguiram, por meio de grande mobilização e em articulação ao senador Paulo Paim, uma audiência pública na CAS do Senado Federal, quando foram escancaradas o quão obtusos e anacrônicos eram os argumentos do sistema CONFEF/CREF para justificar a obrigatoriedade de filiação para atuação na educação formal.

Porém, se utilizando de mentiras, manobras e subterfúgios antidemocráticos, o sistema CONFEF/CREF obteve maioria e conseguiu a aprovação do PL2486/2021 sem a emenda proposta pelo conjunto das entidades, apresentada pelo senador Paulo Paim.

Diante desse cenário e por entender que o referido episódio abre um precedente perigoso para as demais áreas do conhecimento e disciplinas escolares no sentido de possibilitar que outros conselhos cometam ingerências na educação formal, propomos:

- Que a plenária do CTE aprove a posição contrária à arbitrariedade do Sistema CONFEF/CREF em insistir na ingerência na educação formal;
- Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e de formação em conjunto com as entidades que historicamente lutam contra as ingerências do sistema CONFEF/CREF.

Cabe ressaltar que essa pauta é fruto de uma luta histórica no interior deste congresso, onde foram discutidas teses na mesma direção nas últimas três edições do CTE e nos Seminário de Educação Física Escolar do Sinpro-DF/CBCE-DF de 2009, 2014 e 2018.

Por agora, e como expressão de resistência, fiquemos com o lema de nossa luta contra a ingerência do conselho: FORA CREF DAS ESCOLAS!

Proponente: Professor Victor Bernardes de Souza

RESOLUÇÃO 3

Emenda aditiva ao Eixo 3:

Precarização da profissão docente: contratos temporários, informalidade e plataformação

Diversas funções educativas já sofrem os impactos das terceirizações, em que o Estado contrata empresas prestadoras de serviço (Organizações Sociais) como intermediárias entre ele e o trabalhador, que perderá parte significativa de seu vencimento (e de seus direitos) para garantir o lucro dessas empresas.

Na rede pública de educação do DF não é diferente. Merendeiras, agentes de portaria, de limpeza e segurança (atividades conhecidas como atividades-meio) majoritariamente já estampam, há anos, a marca de uma empresa privada em seus uniformes e, recentemente, o setor privado avança também sobre a profissão professor(a).

O golpe jurídico-midiático-parlamentar orquestrado por setores da elite local e internacional, em 2016, além de derrubar da cadeira presidencial a primeira mulher presidenta eleita democraticamente por 54 milhões de votos, acabou (conforme denunciava Dilma Rousseff) por colocar em marcha um acelerado golpe contra o povo e contra a nação, retirando direitos dos trabalhadores para aumentar o lucro do setor privado, especialmente da educação.

Esses setores não tardaram em implementar, a toque de caixa, graves (contra) reformas empresariais: como a terceirização das atividades-fim (docência), a (contra)reforma do ensino médio e a (contra)reforma trabalhista. Essa última inseriu o Brasil na lista dos 24 casos mais graves de violações de convenções trabalhistas internacionais da OIT e criou o chamado contrato intermitente, uma verdadeira aberração trabalhista que já atinge diversos docentes contratados somente por determinadas horas do dia no estado de São Paulo.

Hoje, segundo o Censo Escolar 2021, 32,38% dos professores da Secretaria de Educação do DF vivem a incerteza da contratação temporária (11.250 em fevereiro de 2022), o que representa 21,44% de todos os trabalhadores em educação. Dois de cada cinco trabalhadores em educação da rede pública do DF são informais, não têm estabilidade e nem proteção trabalhista no serviço público.

Contrato temporário, problemas permanentes

Os professores substitutos do DF vivem a incerteza de não saber se estarão vinculados à Secretaria de Educação ao final de cada mês. São contratados por uma plataforma, o sistema Khronos, e devem acompanhá-la diversas vezes ao dia, na expectativa de serem chamados para assumir turmas no dia seguinte. Os erros de pagamento desses profissionais são frequentes, e apesar de contribuírem para o INSS, não têm a garantia de aposentadoria, em especial agora, após a reforma da Previdência. Sequer contam com o direito de tratar de sua

saúde, já que quando adoecem, têm garantidos apenas 15 dias de sua remuneração, sendo obrigados a recorrer à longa fila da perícia do INSS, ainda sem garantia de pagamento.

Os mesmos problemas que atingem os profissionais efetivos recaem sobre este segmento, mas de forma mais severa. Por isso, é fundamental que as contratações para suprir as licenças previstas na legislação aconteçam de forma a resguardar direitos mínimos a essa parcela cada vez maior em nossa rede de ensino.

Essa parcela significativa no labor docente não goza, por exemplo, das férias remuneradas que todos os trabalhadores efetivos têm garantido. Recebem apenas uma indenização de férias por não gozar deste direito constitucional para, assim, serem demitidos e têm seus contratos reincididos logo que chega o período das férias escolares. Essa indenização, inclusive, foi retirada em decisão do STF (bem como o pagamento de 13º salário), a trabalhadores com contratos temporários de trabalho. São profissionais que, apesar de exercerem a mesma função na prática da docência escolar, não descansam nunca. Enquanto o restante da categoria goza de férias coletivas, esse é o período de estudos e preparação para o próximo processo seletivo, já que não existe, de forma deliberada por parte do governo, concurso público para suprir as vagas necessárias.

A principal bandeira para frear esses avanços do setor privatista da educação é o concurso público forte, transparente, com quadro robusto de vagas, que supra aposentadorias, vacâncias e exonerações, sobretudo com a derrota da reforma Administrativa – PEC 32. Pelo fortalecimento da carreira magistério público do DF!

Emenda aditiva ao eixo 4:

- Continuidade e fortalecimento do Coletivo de Professores em Contrato Temporário, bem como de sua representação na Diretoria Colegiada do sindicato;

- Política de formação para os professores substitutos: cursinho preparatório para processos seletivos simplificados (PSS) e concursos públicos;

- Derrotar a (contra)reforma Administrativa (PEC 32) de Guedes e Bolsonaro.

Proponente: Professora Carolina Moniz

RESOLUÇÃO 4

Resolução do VIII Encontro de Mulheres Educadoras Antonieta de Barros

A sociedade brasileira vivencia profundos retrocessos desde o golpe de Estado misógino e fascista de 2016. Golpe esse amparado em três instituições determinantes: o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e a mídia neoliberal. A partir de então, a classe trabalhadora brasileira e as instituições públicas seculares cuja função é assegurar a soberania do País sofreram vários ataques. Investidas cruéis na economia, nos costumes e nos direitos e garantias trabalhistas que impactaram profundamente a vida das mulheres trabalhadoras. Medidas hostis às mulheres que não cessam nem agora, às vésperas do processo eleitoral.

Dos 12 milhões de desempregados, 6,5 milhões são mulheres, segundo última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que nós, mulheres, somos a maioria dos desempregados do País, e que menos da metade das brasileiras em idade de trabalhar tem trabalho ou emprego. A taxa de desocupação dos homens está em 9%, e a das mulheres, em 13,9%. Segundo dados do IBGE, quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. Nesse sentido, precarizar a vida das mulheres é punir toda a família.

Viver no Brasil sendo mulher é conviver, inclusive, com o risco da morte. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram tristes situações sobre feminicídios no Brasil. Em 2020, primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, houve crescimento desses crimes: a cada 6 horas e meia, uma mulher é morta. Um caso de estupro acontece a cada 8 minutos. A maioria das vítimas é do sexo feminino (86,9%), sendo mais de 60% menores de 13 anos de idade.

Os indicadores demonstram que, em momentos de crises, sejam econômicas, éticas, de saúde etc., as mulheres e meninas sofrem mais. É importante ressaltar que dentro da categoria “mulheres” as negras são as mais atingidas pelo desemprego e as que estão em piores condições no mundo do trabalho. Uma vez que o racismo se revela ainda mais numa sociedade de forte estrutura conservadora como a que se apresentou depois de 2016.

Na educação – adoecimento e solidão

A situação das trabalhadoras da educação não é tão diferente. O impacto dos ataques que se iniciaram com o golpe de Estado misógino de 2016 e sua política econômica privatista neoliberal somado à política negacionista da pandemia da Covid-19, ou seja, à não existência de uma política de saúde pública de combate eficaz à pandemia, gerou saldo negativo para as mulheres trabalhadoras do setor da educação.

Na pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) com trabalhadoras da educação, em 2020, pôde-se constatar

que a jornada se tornou mais extensa com o trabalho remoto: 82,4% das professoras relataram um aumento significativo na horas de trabalho. “A sobrecarga de trabalho existiu porque alguns estudantes não tinham acesso à Internet e, por isso, tive de fazer dois tipos de planejamento: um que atendesse aos estudantes com acesso à Internet e, outro, que atendesse aos que não tinham acesso”, explica a professora Marcela Martins.

Outro ponto mencionado pelas educadoras foi a falta de delimitação de horários para o trabalho e/ou atendimento aos(as) estudantes. A dupla jornada, que antes acontecia em dois ou mais espaços, passou a acontecer nos limites do próprio lar.

No Distrito Federal (DF), juntamente com o problema trabalhista criado pelo trabalho remoto, destaca-se a pressão pela realização da busca ativa que recaiu, integralmente, na responsabilidade da categoria, incidindo, majoritariamente, sobre o Serviço de Orientação Educacional (SOE) e sobre as professoras da Educação Infantil e Escolas Classe. A Secretaria de Estado da Educação (SEEDF) e o Governo do Distrito Federal (GDF) se eximiram da responsabilidade de instrumentalizar todos e todas para garantir uma busca eficiente. Não contrataram novos profissionais, não equiparam as escolas com a estrutura necessária para a realização dessa tarefa, como, por exemplo, a instalação de boa Internet, telefones institucionais, computadores novos etc. Em várias Regiões Administrativas (RA), como Ceilândia e Cidade Estrutural, fizeram ameaças e encerraram turnos de oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) por causa da evasão devido às não condições do estudante para o trabalho remoto e à necessidade de busca ativa, gerando ainda mais responsabilização para as professoras e orientadoras que já viviam o acúmulo das responsabilidades domésticas e profissionais ao mesmo tempo e espaço.

Para avaliar como as profissionais da educação estavam se sentindo nesse momento, a pesquisa trouxe um bloco dedicado ao tema do adoecimento mental. Apenas 18% das participantes responderam estar tranquilas. As demais vivenciaram sentimentos como solidão, medo, insegurança, angústia e apreensão em relação à perda de direitos e garantias.

É preciso ressaltar que o Ensino Especial foi completamente desconsiderado pela SEE no trabalho remoto e também no retorno presencial. A falta de monitores e das condições para o atendimento e desenvolvimento desses estudantes têm se tornado um desafio para as unidades escolares e profissionais. O impacto social desse não atendimento vai desde o descumprimento do direito dos estudantes até o das mulheres, visto que a maioria das mães de pessoas com deficiência é solo, representando, contudo, mais indiferença do Estado em políticas para a realidade das mulheres e crianças.

Militarização e a vida escolar das meninas e mulheres

Diante de um quadro insustentável de 17 escolas militarizadas no Distrito Federal, avaliamos que essa prática é mais um acinte à vida escolar no critério gênero. Uma corporação majoritariamente masculina se unifica (mas acaba se sobrepondo) a uma gestão civil com metodologias de trabalho baseadas na

intimidação e alicerçadas na força bruta, coerção, ameaça e outras formas de repressão e obscurantismos. Ou seja, a “didática” (está entre aspas porque é importante destacar que a ação dos militares dentro das escolas militarizadas jamais poderá ser denominada de “didática”, porque não tem nenhuma relação com esse ramo da educação) dos militares é inversa ao universo educacional, que é um espaço da construção democrática, coletiva, inclusiva, libertária, científica, dialógica e do respeito à diversidade.

Esse antagonismo se revela na nossa categoria, majoritariamente feminina, que tem de lidar com as práticas machistas, perseguidoras e desrespeitosas, em que a força e a violência falam mais alto. Além de muito preocupante o fato de as meninas serem as que em maior número são levadas para a DCA (Delegacia da Criança a Adolescentes), segundo relatos nas escolas militarizadas. Há anos, professores e professoras, orientadores e orientadoras usam do diálogo e projetos pedagógicos para uma cultura de paz nas escolas, e agora a polícia é colocada para atuar com instrumentos policiais com nossos meninos e meninas, que ficam à mercê da coerção e obediência degradante.

Formação

A formação hoje está profundamente alinhada com a política econômica neoliberal, fundamentalista neopentecostal, misógina, LGBTQIAfóbica, excludente em curso no País. Trata-se de uma situação imposta pelo golpe de Estado de 2016 e muito aprofundada pelo governo Jair Bolsonaro, em que o Sinpro-DF se coloca, e sempre se posicionou, como instrumento de mudanças estruturais na concepção de educação de qualidade socialmente referenciada e no fazer docente nessa perspectiva.

Entendemos que os preconceitos estão enraizados em nossa sociedade e dão suporte à manutenção das desigualdades sociais baseadas na classe (renda), no gênero, na raça, na deficiência etc. Para prosseguir com a tarefa de questionar as estruturas injustas, financiadas com dinheiro público, defendemos como fundamental uma política de formação da categoria, que tenha como princípios o feminismo, o antirracismo e o anticapacitismo. Porque a escola muda pessoas e pessoas mudam o mundo. Se queremos uma sociedade mais justa, igualitária, equânime, sem violências e de oportunidades, precisamos fomentar uma formação que combata todo preconceito e discriminação.

Esse processo de formação tem de acontecer não apenas no ambiente sindical (como já acontece), mas também na própria estrutura da SEEDF, por meio das Coordenações Pedagógicas das próprias escolas e na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), identificando e reconhecendo a EAPE como um imprescindível espaço de formação continuada.

Defesa das vítimas de assédio no ambiente escolar

Defendemos também a proposta de que a comunidade escolar do DF construa um protocolo de atendimento às nossas estudantes vítimas de assédio dentro das escolas, a ser seguido e estruturado pela SEE e unidades escolares.

Várias situações de assédio acontecem e, muitas vezes, as direções ou a própria categoria não sabem como proceder em relação a esses casos. É preciso deixar evidente quais são as ações de proteção das vítimas contra as formas de violência presentes nas escolas.

Coletivo de Mulheres Educadoras

Para ampliar nossa atuação, propomos um calendário mensal e regionalizado, utilizando a própria Coordenação Pedagógica para promover a formação no ambiente escolar.

Nesse sentido, fortalecemos o Coletivo das Mulheres Educadoras nas cidades para discutir as questões concernentes à vida das mulheres, incluindo aí a vida das mulheres no mundo do trabalho.

Plano de Lutas

1. Lutar por uma formação continuada da categoria por meio da EAPE, que contemple os princípios feministas, antirracistas, anticapacitistas para todos e todas as profissionais da educação do DF;
2. Reivindicar da SEEDF o compromisso na produção de materiais pedagógicos referenciados pela comunidade escolar para a promoção de uma educação feminista, antirracista, anticapacitista;
3. Defender a criação de fóruns regionais dos e das profissionais de educação com o objetivo de discutirmos a educação feminista, antirracista, anticapacitista;
4. Reivindicar que no Plano de Gestão dos e das candidatas à Direção Escolar contenha um item específico sobre como será organizada a gestão para enfrentar os preconceitos e as discriminações de gênero, raça, classe, capacitista, etc., no ambiente escolar;
5. Lutar para que a SEEDF crie um canal específico para receber denúncias de racismo, transfobia, LGBTQIA+fobia, capacitismo, machismo e todos os outros tipos de discriminação, preconceito e perseguição. E que esse canal tenha pessoal com formação em direitos humanos para a realização da escuta sensível;
6. Lutar pela criação de comissões regionais compostas por representantes: da SEEDF, do Conselho Tutelar, dos movimentos sociais e do Sinpro-DF, para intermediar e combater aos casos de discriminações e preconceitos ocorridos nas escolas daquela regional;
7. Exigir a construção de Casas da Mulher Brasileira (com orçamento público já assegurado nas Leis Orçamentárias Anuais) previstas para as RAs de Sobradinho, Recanto das Emas, São Sebastião e Sol Nascente;

8. Defesa de programas de saúde que atendam com eficácia, eficiência e prontidão profissionais da categoria com problemas de adoecimento mental, como o de fortalecimento da rede de psicólogos do GDF e ampliação da oferta de terapias integrativas no DF.

Plano de Lutas Políticas Educacionais

1. Exigir, na Estratégia de Matrícula, a redução de turma com base no critério dos(as) estudantes especiais para todas as etapas da educação básica, incluindo aí o Ensino Fundamental 2 e o Ensino Médio;

2. Defender o direito à aposentadoria especial dos e das pedagogas que trabalham na Equipe de Apoio e Aprendizagem;

3. Lutar pela ampliação do número de Salas de Recursos na rede pública de ensino do DF, assegurando a contratação de profissionais para essa sala;

4. Criar programas de acolhimento ao(à) estudante indígena ou estrangeiro que desconhece a língua portuguesa;

5. Sobre a política inclusiva: determinar e instituir que o uso dos banheiros deve ser conforme a identidade de gênero. Lutar pela criação de banheiros para as pessoas não binárias. Fazer um levantamento e ter sempre atualizados os dados do público estudantil que reivindica o uso do nome social. Nesse levantamento, é importante identificar a interseccionalidade de gênero, raça-etnia, condição social, deficiência, em conjunto com os dados referentes ao desempenho escolar;

6. Reestruturação da SEEDF para rearticular a diretoria da SUBEB da Educação para e com direitos humanos, que coordenava a política educacional da diversidade, da Educação do Campo e do Ensino Especial.

Proponente: XII Encontro de Mulheres Educadoras em 25 de junho de 2022





MOÇÃO I – GT de Meio Ambiente

Moção de repúdio ao assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira

Os(as) delegados(as) participantes do 12º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação REPUDIAM, veementemente, o assassinato, com requintes de crueldade, do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista e servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai) Bruno Araújo Pereira. Ambos mortos dentro da Terra Indígena do Vale do Javari, extremo oeste do Estado do Amazonas, quando trabalhavam em prol das comunidades indígenas.

Os(as) educadores(as) prestam seu apoio e solidariedade aos amigos e familiares, aos servidores e às servidoras da Funai e a toda a categoria de jornalistas no Brasil e no mundo.

Considerando que o Brasil figura entre os países mais violentos para ativistas relacionadas à defesa do meio ambiente. É o terceiro mais letal, ficando atrás apenas da Colômbia e das Filipinas.

Considerando que ambos foram assassinados com requintes de crueldade e de forma premeditada, apanhados numa emboscada, e que vinham, assim como tem ocorrido com várias comunidades indígenas, sofrendo ameaçadas por garimpeiros, grileiros de terras, traficantes de drogas, pescadores ilegais e outros invasores da Terra Indígena (TI) do Vale do Javari.

Considerando que são vítimas do desmonte da Funai e da precarização do trabalho – um dos modus operandi do governo Bolsonaro para suprimir direitos e se apropriar das riquezas públicas. Considerando o desmonte da proteção às comunidades indígenas e de geração de políticas públicas indigenistas.

Considerando que o assassinato é de reconhecimento das autoridades brasileiras, exigimos que seja feita justiça e que sejam tomadas todas as medidas necessárias e cabíveis para punir os autores e os mandantes desse crime.

Ressaltamos a postura absurda das autoridades, com destaque para o posicionamento do presidente da República, que legitimam as mortes como naturais, uma vez que com seu caráter institucional e seu discurso de “essas coisas acontecem” e “estavam no lugar errado” reforçam a impunidade e a normalização de todo tipo de crime, sobretudo o de assassinatos de lideranças populares, servidores públicos no exercício da função entre outras.

Neste cenário, somamo-nos à sociedade e aos servidores(as) da Funai em uma ampla e veemente denúncia dessa atrocidade sofrida por Bruno e Dom. Somamo-nos à luta pela melhoria das condições de trabalho na Região Amazônica.

E, por fim, manifestamos o pesar pela morte de Dom e Bruno, reflexo da perseguição vigente às pessoas que lutam pela preservação da floresta amazônica e pelas comunidades que lá habitam.

É inaceitável que continuemos neste caminho!

Chega de morte e de ameaças contra aqueles e aquelas que defendem o nosso povo e nossa terra!

Justiça para Dom e Bruno!
Fora Marcelo Xavier e sua gestão anti-indigenista!
Fora Bolsonaro!

MOÇÃO 2 – Bruno Almeida

Moção de Repúdio ao Assédio Moral a professores e estudantes no CED 01 da Estrutural

Pelas diversas experiências vividas no Distrito Federal, já estava explícita a incompatibilidade entre a Gestão Democrática, com profissionais da educação especializados, e a Gestão Compartilhada, com profissionais de regime militar; que pressupõe uma hierarquização entre estes mesmos profissionais.

Entre os diversos pequenos e médios conflitos no dia a dia, gerados pelas diferentes concepções do processo de ensino e aprendizagem entre civis e militares, já na ciência da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal, a situação de conflitos se agravou em novembro de 2021, por conta de um dos trabalhos da Consciência Negra da escola, no qual um grupo de estudantes abordou a violência racial institucional presente no âmbito militar. Houve a ordem arbitrária de retirada dos trabalhos em exposição, feita pela gestão disciplinar, e que não foi obedecida pela gestão pedagógica (civil). Assim, intensificou-se o processo de assédio moral e difamatório da vice-diretora Luciana Pain (diretora em exercício que sustentou a exposição dos trabalhos estudantis) e, de forma mais velada, de vários outros profissionais de educação da escola, apesar de ter sido debatido com a gestão disciplinar a necessidade de se conversar com os estudantes de forma democrática e sem censura sobre o racismo institucional.

Como resultado, a professora Luciana foi exonerada de seu cargo sem processo administrativo e afastada da escola em um processo de perseguição e assédio. Com isso, hoje, temos diversos profissionais afastados da sala de aula com doenças relacionadas ao local de trabalho, incluindo depressão e burnout.

Isso acontece devido ao fato de que, cada vez mais, a equipe disciplinar interfere no processo pedagógico, tomando o papel da gestão pedagógica, inclusive fisicamente, pois se observou que: (a) o diretor disciplinar ocupa estação de trabalho dentro da direção pedagógica ao invés de seu espaço destinado; (b) conduziu coordenações pedagógicas e (c) conduziu reunião de pais e mestres no lugar da própria direção pedagógica. Além disso, ficou público na mídia, com vários vídeos gravados pelos estudantes, que o treinamento tão necessário da segurança pública não é compatível com lidar pedagogicamente com os problemas disciplinares inerentes a uma escola com adolescentes.

Há também uma nítida vontade do corpo de gestão, apoiado pela CRE Guarã, na figura do coordenador Leandro Andrade, de pressionar docentes a usar uniforme, alinhar-se ao projeto de militarização e a evitar fazer questionamentos.

Portanto, repudiamos toda e qualquer forma de censura nas escolas, de falta de democracia e de violência e assédio contra profissionais da educação, estudantes e membros da comunidade escolar. E mais, ressaltamos que é urgente o debate sobre o racismo institucional, para que, no DF, as premissas dos direitos, da liberdade e da cidadania caminhem para englobar de fato as periferias e comunidades vulneráveis.



MOÇÃO 3 – Joana Darc

Não à guerra! Pela autodeterminação dos povos! Fraternidade entre os povos!

Em 24 de fevereiro de 2022, tropas russas, sob as ordens do governo de Putin, violaram as fronteiras da Ucrânia e invadiram o território deste país, numa guerra de ocupação com vistas à anexação. Em seu pronunciamento pela TV estatal russa, em 22 de fevereiro, anunciando e justificando a invasão, Putin atacou a própria existência de uma nação e de um povo ucraniano, se valendo de uma falsificação histórica: “a Ucrânia contemporânea foi total e completamente criada pela Rússia, pela Rússia comunista bolchevique. Esse processo começou quase imediatamente após a revolução de 1917, e Lenin e seus camaradas agiram de maneira muito pouco delicada com a Rússia: tiraram dela, tiraram parte de seus territórios históricos”. A nação ucraniana e seu povo existem secularmente, a Revolução de Outubro de 1917 libertou a Ucrânia da opressão do Império czarista.

Com a entrada na Ucrânia de tropas da Federação Russa, que já se estende por mais de um mês, a guerra está de volta à Europa, com sua procissão de mortos, feridos e de populações aterrorizadas pelos bombardeios, gerando já cerca de 3 milhões de refugiados. Não é mais uma guerra localizada, é já o maior conflito europeu desde a 2ª Guerra Mundial e leva ao sacrifício os povos e a classe trabalhadora da Ucrânia e da Rússia, em primeiro lugar, mas também do povo trabalhador da Europa, e a seguir do mundo inteiro.

Isso se dá no contexto de guerras imperialistas e intervenções militares que ocorrem nos quatro cantos do planeta, no momento em que as exigências do imperialismo, particularmente o estadunidense, visam a esmagar os povos sob seu tacão. Isto ocorre enquanto o militarismo se estende sob a égide do imperialismo dos EUA, com o acordo estratégico de Biden com a Austrália e o Reino Unido contra a China, com a parceria estratégica com os Emirados Árabes e o Estado de Israel contra o povo palestino, com o fortalecimento e extensão da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), com os seguidos ataques ao povo do Iêmen pela Arábia Saudita e os Emirados.

A Otan, que é um instrumento do imperialismo dos EUA para a militarização do continente europeu, não é uma saída para os povos. O povo ucraniano é refém entre a Otan e Putin. Lembremos que foi a Otan que interveio na bárbara guerra da Iugoslávia, bombardeando a Sérvia durante semanas, atingindo a população e todas as instalações militares e civis. Lembre-se também que foi a Otan, com base nas exigências dos Estados Unidos, que atacou militarmente o Afeganistão em 2001.

A guerra então não é dos povos. Os povos russo e ucraniano, os povos europeus, e os povos do mundo inteiro são e serão vitimizados pela guerra e

seus efeitos. O povo ucraniano vê a destruição do seu país, de suas condições elementares de vida, da infraestrutura, da economia, dos empregos. Em nome do perigo da guerra na Europa, os governos querem impedir o povo trabalhador de reivindicar e de defender-se dos ataques dos governos, tentando impor um consenso em nome da segurança. Esses líderes da União Europeia se alinham atrás dos Estados Unidos para aumentar as sanções contra a Rússia, que atingirão, antes de mais nada, dramaticamente, os povos da Federação Russa já empobrecidos pela política de Putin. A guerra ademais é pretexto para tremendos ataques aos direitos democráticos do povo russo, com milhares de prisões dos que se pronunciam contra a guerra, além de uma pressão sem precedentes aos direitos de manifestação, como denuncia o Sindicato Universidade Solidária, dando conta das ameaças de demissão contra docentes e funcionários.

Expressão deste ataque generalizado aos povos, especialmente, neste caso, às nações europeias, foi o fato de, em 11 de março de 2022, os 27 líderes da União Europeia se reunirem para aumentar as despesas militares nos próximos sete anos. Olaf Scholz, premiê socialdemocrata da Alemanha, já ampliara em US\$ 110 bilhões os gastos militares do país. Magdalena Andersson, primeira-ministra social-democrata da Suécia, disse que “queria investir em escolas e aposentadorias, mas devemos gastar mais com defesa”. Quem se beneficia com a escalada militar é a indústria de armamentos, os artífices da morte em massa.

Os fatos mostram que não há lado bom nessa disputa intercapitalista. Nela, não há um “campo progressista”. Há uma nação refém da disputa, a Ucrânia, e o esmagamento das condições de vida e dos direitos do povo russo e do restante da Europa. Nenhuma geopolítica, nem a de Putin nem a de Joe Biden, nem a de Zelenski, pode justificar essa guerra por mercados e lucros.

Não há saída conforme os interesses dos povos que não seja o fim da guerra e o respeito à autodeterminação dos povos. Só os povos podem, livres da ingerência das potências econômicas e militares, determinar seus próprios destinos.

- Não à guerra!
- Retirada imediata das tropas russas da Ucrânia!
- Autodeterminação do povo ucraniano!
- Nenhuma anexação!
- Fim das sanções à Rússia!
- Abaixo as alianças militares! Abaixo a OTAN!
- Fraternidade entre os povos!

MOÇÃO 4 – GT de Raça e Sexualidade

Repúdio à cassação do vereador Renato Freitas

Nós, professoras e professores, orientadoras e orientadores educacionais, delegados(as) eleitos(as) para o 12º Congresso de Trabalhadores da Educação do Distrito Federal, manifestamos, por meio desta nota, nosso repúdio à cassação ilegal do vereador Renato Freitas pela bancada conservadora da Câmara Municipal de Curitiba, Paraná.

Acusado de ter cometido falta de decoro parlamentar, Renato de Almeida Freitas Junior teve seu mandato cassado em um processo claramente injusto, ilegítimo, eivado de perseguição política motivada, sobretudo, pelo ódio racial. Seu “crime” foi defender a população negra durante uma manifestação pacífica que ocorreu num espaço de especial simbologia para população negra.

Já era sabido por todos a ira que Renato provocava na bancada conservadora da Câmara de Vereadores de Curitiba por seu posicionamento combativo e pelas denúncias das injustiças. Portanto, fica evidente que a ação arbitrária e antidemocrática de cassação não tem base legal, ou fática, além de um pretexto político.

Não bastante todo ódio racial despejado contra Renato, nem sequer os prazos regimentais foram respeitados durante o processo de cassação, ficando também evidente que todo o processo de cassação foi uma farsa ilegal e que não passou de uma cruzada inquisitória contra as vozes de oposição ao Prefeito da capital do Paraná.

Exigimos o respeito à democracia e que os votos da população curitibana sejam respeitados! Pela democracia, pela liberdade de expressão e contra o racismo: RENATO FICA!

MOÇÃO 5

Em defesa do socioambientalista Thiago Ávila

Em 2021, no auge da PANDEMIA, enquanto tentava deter despejos ilegais contra famílias catadoras do CCBB e a Escolinha do Cerrado, o socioambientalista Thiago Ávila foi PRESO DUAS VEZES. Indignado com a publicidade ruim, o governo do Distrito Federal fabricou uma acusação de crime ambiental, que pode levar Thiago à pena de prisão por até três anos.

No dia 6 de julho de 2022, o Ministério Público do DF, a partir de denúncia de crime ambiental apresentada pelo GDF, pediu sua condenação, com pena agravada. A sentença sairá nos próximos dias.

É necessário se opor e deter essa injustiça!

Nós, delegadas/es/os presentes ao 12º Congresso de Trabalhadoras/es em Educação, realizado no período de 7 a 9 de julho, no Centro Convenções Ulysses Guimarães, aprovamos a seguinte propositura em relação ao socioambientalista Thiago Ávila:

- 1) Apoio e solidariedade completa e total!;
- 2) Retirada imediata da acusação de crime ambiental e de sua condenação, com pena agravada pelo Ministério Público do DF.





Um outro Brasil é possível!

